



# ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

## 2015

Secretaria de  
Fazenda



GOVERNO DE  
**BRASÍLIA**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**CIRCULAÇÃO INTERNA**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO  
DISTRITO FEDERAL**

**DEZEMBRO/2015**

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO ECONÔMICO	09
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO SIMPLES	28
ARRECADAÇÃO DO ISS	29
SÉRIES HISTÓRICAS	37

## **APRESENTAÇÃO**

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de dezembro de 2015 e ao ano de 2015.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 20/01/2016. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 04/01/2016.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de dezembro e no ano de 2015 em relação à igual período do ano anterior.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 25 de janeiro de 2016.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

## ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de dezembro de 2015, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.230,2 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2014 aponta-se acréscimo nominal de 9,5%, mas que corresponde a um decréscimo real de 1,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

### DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 20/01/2016

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	dez/15	dez/14	dezembro/2014 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em dezembro/15
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	520.643	733.309	815.998	-212.666	-29,0%	-295.355	-36,2%	42,3%
ISS	153.306	125.692	139.866	+27.613	+22,0%	+13.440	+9,6%	12,5%
SIMPLES	29.325	30.581	34.029	-1.256	-4,1%	-4.704	-13,8%	2,4%
IRRF	367.857	238.018	264.857	+129.839	+54,6%	+103.000	+38,9%	29,9%
IPVA	13.085	17.443	19.410	-4.358	-25,0%	-6.325	-32,6%	1,1%
IPTU	10.247	12.529	13.941	-2.282	-18,2%	-3.695	-26,5%	0,8%
ITBI	43.731	30.423	33.854	+13.308	+43,7%	+9.877	+29,2%	3,6%
ITCD	23.171	7.701	8.569	+15.469	+200,9%	+14.601	+170,4%	1,9%
TLP	2.949	1.890	2.104	+1.059	+56,0%	+846	+40,2%	0,2%
Outras Taxas	5.816	529	588	+5.287	+1000,2%	+5.228	+888,8%	0,5%
<b>Receita Tributária Total (A)</b>	<b>1.170.129</b>	<b>1.198.116</b>	<b>1.333.217</b>	<b>-27.987</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-163.088</b>	<b>-12,2%</b>	<b>95,1%</b>
Dívida Ativa	47.118	(88.052)	(97.981)	+135.171	+153,5%	+145.099	+148,1%	3,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	5.226	5.898	6.563	-672	-11,4%	-1.338	-20,4%	0,4%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	7.697	7.991	8.892	-294	-3,7%	-1.195	-13,4%	0,6%
<b>Total das Outras Receitas (B)</b>	<b>60.041</b>	<b>(74.163)</b>	<b>(82.526)</b>	<b>+134.204</b>	<b>-181,0%</b>	<b>+142.567</b>	<b>-172,8%</b>	<b>4,9%</b>
<b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b>	<b>1.230.170</b>	<b>1.123.952</b>	<b>1.250.691</b>	<b>+106.218</b>	<b>+9,5%</b>	<b>-20.521</b>	<b>-1,6%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do período de janeiro a dezembro de 2015, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 13.659,9 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 4,4%, mas decréscimo real de 4,5%, em relação ao mesmo período de 2014. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

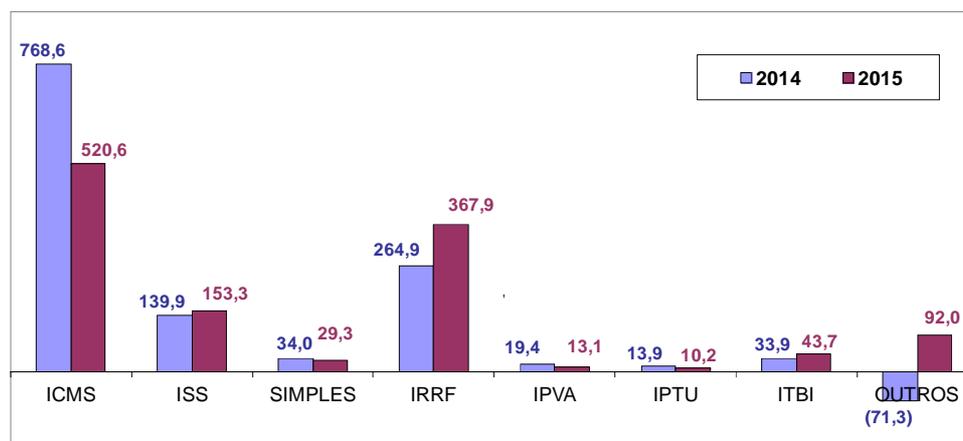
DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2015 (SIGGO, EM 20/01/2016)									
VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2015	2014	2015 pelo INPC/IBGE	2014 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	6.481.462	6.540.460	6.763.806	7.452.993	-58.998	-0,9%	-689.188	-9,2%	47,5%
ISS	1.459.916	1.375.364	1.521.594	1.567.900	+84.552	+6,1%	-46.307	-3,0%	10,7%
SIMPLES	339.868	312.771	354.662	357.022	+27.097	+8,7%	-2.360	-0,7%	2,5%
IRRF	2.862.951	2.612.009	2.982.105	2.974.640	+250.942	+9,6%	+7.464	0,3%	20,9%
IPVA	782.035	696.590	826.980	797.154	+85.445	+12,3%	+29.826	3,7%	5,8%
IP TU	596.070	550.372	616.805	626.208	+45.698	+8,3%	-9.403	-1,5%	4,3%
ITBI	306.014	318.061	318.959	363.157	-12.047	-3,8%	-44.199	-12,2%	2,2%
ITCD	133.417	89.086	137.722	101.570	+44.331	+49,8%	+36.151	35,6%	1,0%
TLP	117.156	106.652	121.264	121.386	+10.504	+9,8%	-123	-0,1%	0,9%
Outras Taxas	76.572	64.633	80.045	73.809	+11.939	+18,5%	+6.236	8,4%	0,6%
<b>Receita Tributária Total (A)</b>	<b>13.155.462</b>	<b>12.665.998</b>	<b>13.723.940</b>	<b>14.435.841</b>	<b>+489.464</b>	<b>+3,9%</b>	<b>-711.901</b>	<b>-4,9%</b>	<b>96,3%</b>
Dívida Ativa	365.790	266.799	379.497	305.955	+98.991	+37,1%	+73.543	24,0%	2,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	59.263	73.279	61.826	83.739	-14.016	-19,1%	-21.914	-26,2%	0,4%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	79.339	75.999	82.381	86.334	+3.340	+4,4%	-3.953	-4,6%	0,6%
<b>Total das Outras Receitas (B)</b>	<b>504.392</b>	<b>416.076</b>	<b>523.704</b>	<b>476.028</b>	<b>+88.316</b>	<b>+21,2%</b>	<b>+47.676</b>	<b>10,0%</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b>	<b>13.659.854</b>	<b>13.082.074</b>	<b>14.247.645</b>	<b>14.911.869</b>	<b>+577.780</b>	<b>+4,4%</b>	<b>-664.224</b>	<b>-4,5%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE, além de apresentar comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em receita contábil sem fluxo financeiro e, portanto, não serão considerados nas análises comparativas subsequentes.

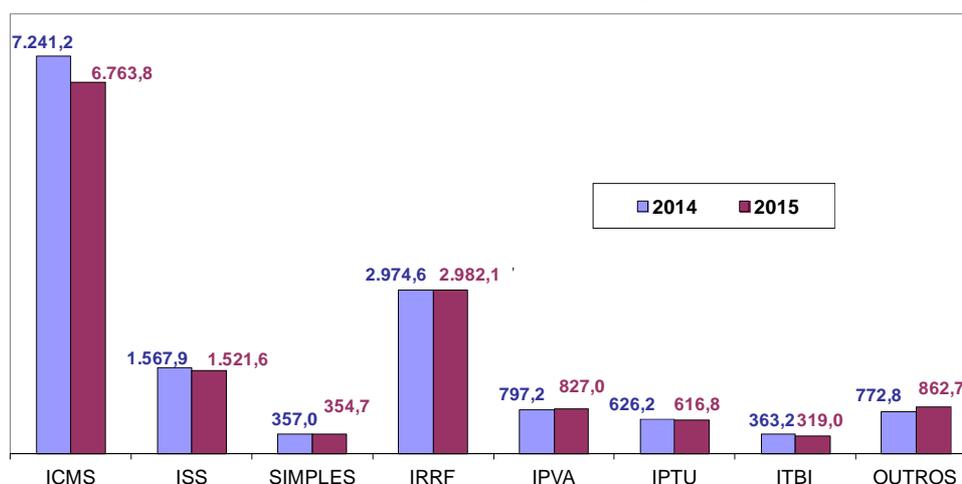
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2015 frente ao correspondente mês de 2014, depreende-se que em que pese os resultados positivos observados dentre outros para o IRRF (+ R\$ 103,0 milhões), o ITCD (+ R\$ 14,6 milhões), o ISS (+R\$ 13,4 milhões) e o ITBI (+ R\$ 9,9 milhões), esses aumentos foram insuficientes para compensar a queda observada na arrecadação do ICMS (- R\$ 248,0 milhões) principal responsável pelo decréscimo de arrecadação resultante nessa comparação mensal. Essa queda no ICMS decorreu em grande parte do aumento da base de comparação em 2014, devido ao ingresso extraordinário de R\$ 119 milhões oriundos de alvará de levantamento, contabilizados em dezembro no ICMS – Substituição Tributária fora do DF, segmento comércio atacadista de higiene e cosméticos. Observa-se ainda que o valor negativo para o grupo “Outros” no Gráfico seguinte em 2014 reflete o estorno do lançamento desse alvará de levantamento, lançado equivocadamente em outubro de 2014 na Receita da Dívida Ativa que compõe o grupo “Outros”.

**Arrecadação em dezembro/2015 contra dezembro/2014 - sem incentivado**  
**Em R\$ milhões de dezembro/2015 (INPC/IBGE)**



Com relação ao desempenho real da arrecadação no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014, observa-se que foram obtidos acréscimos significativos na Dívida Ativa (+ R\$ 73,5 milhões), fruto do programa de recuperação de créditos – REFIS; no ITCD (+ R\$ 36,2 milhões), decorrente do acréscimo da cobrança sobre doações aliada ao REFIS; e no IPVA (+ R\$ 29,8 milhões), devido ao acréscimo da frota de veículos tributáveis. Por outro lado, houve queda real expressiva na arrecadação no ICMS (- R\$ 477,4 milhões), como também decréscimos no ISS (- R\$ 46,3 milhões) e no ITBI (- R\$ 44,2 milhões), dentre outros, decorrentes principalmente da deterioração do cenário econômico e do mercado imobiliário.

**Arrecadação em 2015 contra 2014 - sem incentivado  
Em R\$ milhões de dezembro/2015 (INPC/IBGE)**



O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda dos imóveis em 20 cidades brasileiras – mostrou estabilidade na passagem de novembro para dezembro de 2015. O indicador registrou queda nominal de preço em 7 das 20 cidades pesquisadas, a saber, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Niterói e Contagem.

No acumulado de 2015, o Índice FipeZap registrou um crescimento de 1,32%. Como a inflação medida pelo IPCA (IBGE) neste período foi de 10,67%, o preço médio anunciado do m<sup>2</sup> apresentou queda real de 8,45% no ano passado. Todas as cidades que compõem o Índice FipeZap registraram variações inferiores à inflação em 2015, sendo que os preços em Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília e Niterói apresentaram queda nominal nesse mesmo período.

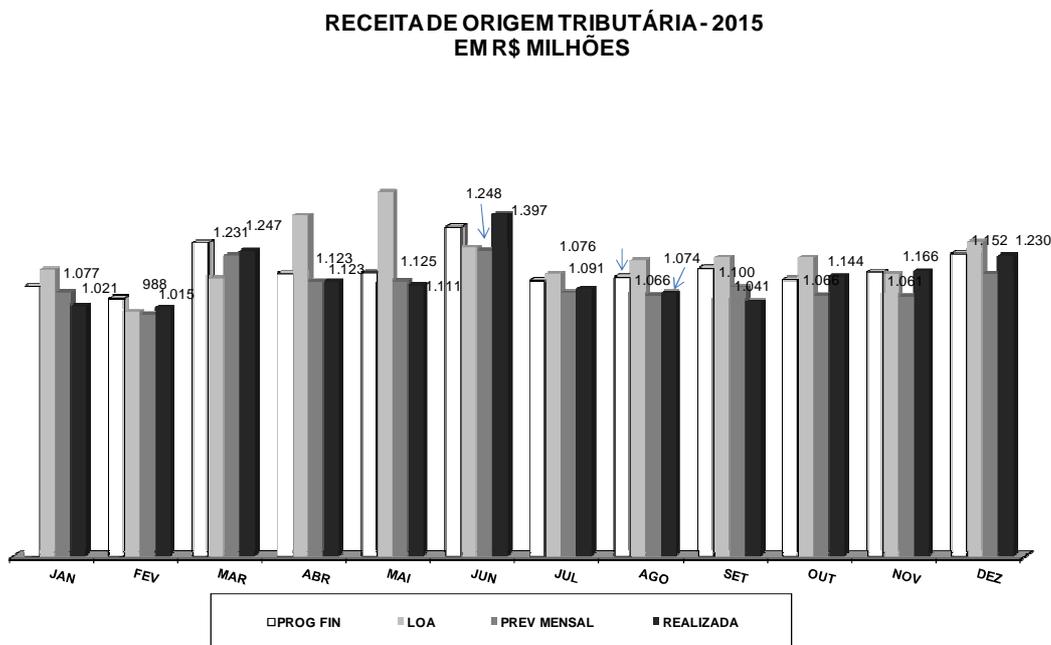
O valor médio anunciado do m<sup>2</sup> das 20 cidades em dezembro foi de R\$ 7.613. Rio de Janeiro se mantém como a cidade com o m<sup>2</sup> mais caro do país (R\$ 10.438), seguida por São Paulo (R\$ 8.619) e por Brasília (R\$ 7.928).

O decréscimo no acumulado de 2015 verificado no ISS não ocorreu apenas no Distrito Federal. Conforme o jornal Folha de São Paulo, em 04/01/2016, em 38 dos 50 municípios brasileiros mais populosos, onde vivem mais de 60 milhões de pessoas, foi verificada queda nas receitas de impostos. Essas grandes cidades arrecadaram, juntas, 4% (R\$ 2,7 bi) a

menos em relação a 2014. Brasília ocupa a 13<sup>o</sup> posição com redução de 5,1% na receita tributária.

Conseqüentemente, as grandes cidades passaram a cortar investimentos, principalmente aquelas que sediaram a Copa do Mundo em 2014, que fizeram obras de infraestrutura para receber o torneio, caso de Brasília, que é a segunda colocada em queda de investimentos, com -73%.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na previsão mensal, na LOA e na programação financeira e as arrecadações realizadas por tributo. Observa-se que a receita realizada superou à contida na previsão mensal em R\$ 77,9 milhões, que corresponde a 6,8% da mesma previsão.



Quanto à previsão contida na LOA para o mês de dezembro, obteve-se um desvio negativo de realização de R\$ 55,0 milhões, conforme o quadro abaixo. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os desvios positivos observados em especial para o IRRF, Dívida Ativa, ISS e ITCD, correspondentes a R\$ 26,9 milhões, R\$ 22,5 milhões, R\$ 13,1 milhões e R\$ 11,7 milhões, respectivamente, foram insuficientes para suplantar o desvio negativo observado para o ICMS (- R\$

129,6 milhões), principal responsável pela frustração de receita prevista no mês para a LOA.

Com relação à programação financeira, a receita realizada ficou, também, abaixo da prevista em R\$ 7,7 milhões, sendo que o maior desvio negativo foi novamente o do ICMS, de R\$ 101,1 milhões.

**VALORES EM R\$ MIL**

<b>RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL -DEZEMBRO 2015</b>							
	PREVISÃO MENSAL (A)	PREVISTA LOA 2015 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA ( D)	(D-A)	(D -B)	(D-C)
ICMS	541.326	650.280	621.745	520.643	(20.683)	(129.637)	(101.102)
ISS	124.656	140.163	128.547	153.306	28.650	13.142	24.759
SIMPLES	30.997	32.678	31.674	29.325	(1.672)	(3.353)	(2.350)
IRRF	340.920	340.920	340.920	367.857	26.938	26.938	26.938
IPVA	4.919	15.581	6.095	13.085	8.165	(2.496)	6.990
IPTU	21.984	9.063	19.411	10.247	(11.737)	1.184	(9.165)
ITBI	29.364	40.983	35.575	43.731	14.367	2.748	8.156
ITCD	7.088	11.503	8.151	23.171	16.082	11.667	15.020
TLP	6.813	2.182	5.928	2.949	(3.863)	767	(2.978)
OUTRAS TAXAS	6.254	6.050	5.875	5.816	(438)	(234)	(59)
<b>RECEITA TRIB TOTAL</b>	<b>1.114.321</b>	<b>1.249.402</b>	<b>1.203.920</b>	<b>1.170.129</b>	<b>55.808</b>	<b>(79.273)</b>	<b>(33.791)</b>
DIVIDA ATIVA	25.102	24.665	22.115	47.118	22.017	22.453	25.004
M/J DIVIDA ATIVA	7.199	4.943	5.204	5.226	(1.973)	283	21
M/J TRIBUTOS	5.676	6.201	6.616	7.697	2.021	1.496	1.081
<b>TOTAL OUTRAS REC</b>	<b>37.976</b>	<b>35.809</b>	<b>33.935</b>	<b>60.041</b>	<b>22.065</b>	<b>24.232</b>	<b>26.106</b>
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	<b>1.152.297</b>	<b>1.285.211</b>	<b>1.237.855</b>	<b>1.230.170</b>	<b>77.873</b>	<b>(55.041)</b>	<b>(7.685)</b>

No acumulado do ano de 2015, houve desvio positivo de realização em relação à previsão mensal, de R\$ 345,5 milhões. Em relação à previsão mensal, os maiores desvios negativos foram observados para o ITBI e o SIMPLES, os quais foram suplantados pelos desempenhos positivos observados, especialmente no IRRF. Quanto à LOA e à programação financeira, houve déficit nos montantes de R\$ 1.026,9 milhões e em R\$ 406,8 milhões, respectivamente, ressaltando-se que em ambos os casos, a maior frustração de realização foi no ICMS, e a maior superação no IRRF.

**VALORES EM R\$ MIL**

<b>RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015</b>							
	PREVISÃO MENSAL(A)	PREVISTA LOA 2015 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	6.464.153	7.315.216	7.157.019	6.481.462	17.309	(833.754)	(675.557)
ISS	1.411.416	1.752.218	1.458.493	1.459.916	48.500	(292.301)	1.424
SIMPLES	354.567	388.132	354.802	339.868	(14.699)	(48.264)	(14.934)
IRRF	2.695.564	2.695.564	2.695.564	2.862.951	167.387	167.387	167.387
IPVA	764.431	780.126	761.290	782.035	17.604	1.909	20.745
IPTU	601.105	648.086	588.740	596.070	(5.035)	(52.016)	7.330
ITBI	322.422	402.650	362.192	306.014	(16.408)	(96.636)	(56.178)
ITCD	87.281	100.968	89.928	133.417	46.136	32.449	43.489
TLP	124.025	101.344	119.406	117.156	(6.869)	15.812	(2.250)
OUTRAS TAXAS	72.060	73.721	71.584	76.572	4.512	2.851	4.987
<b>RECEITA TRIB TOTAL</b>	<b>12.897.025</b>	<b>14.258.024</b>	<b>13.659.018</b>	<b>13.155.462</b>	<b>258.437</b>	<b>(1.102.562)</b>	<b>(503.557)</b>
DIVIDA ATIVA	285.914	287.272	257.566	365.790	79.876	78.518	108.224
M/J DIVIDA ATIVA	65.649	65.457	68.919	59.263	(6.386)	(6.194)	(9.656)
M/J TRIBUTOS	65.801	76.018	81.107	79.339	13.538	3.321	(1.768)
<b>TOTAL OUTRAS REC</b>	<b>417.365</b>	<b>428.747</b>	<b>407.592</b>	<b>504.392</b>	<b>87.028</b>	<b>75.645</b>	<b>96.801</b>
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	<b>13.314.389</b>	<b>14.686.771</b>	<b>14.066.610</b>	<b>13.659.854</b>	<b>345.465</b>	<b>(1.026.917)</b>	<b>(406.756)</b>

## CENÁRIO ECONÔMICO

### PIB

Conforme o boletim Focus do Banco Central em 25/01/2016, a previsão de decréscimo do PIB foi de 3,73% para 2015, 3,0% para 2016 e acréscimo de 0,80% para 2017.

De acordo com o G1 Economia, da globo.com, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou em 19/01/2016, através do relatório "World Economic Outlook", revisões do PIB brasileiro. Considera a previsão de decréscimo de 3,8% para 2015, enquanto que em outubro a queda estava prevista em 3%, e considera para 2016 queda de 3,5%, enquanto que em outubro, a projeção era de contração de 1%. Já em 2017, o Fundo aponta que o Brasil deve registrar estagnação econômica, deixando de ver expansão de 2,3% como antes.

O jornal Valor, em sua edição de 28/12/2015, informou que a recessão que atinge a economia brasileira desde o segundo trimestre de 2014 pode ser a mais longa já documentada no país, na avaliação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). Os modelos da instituição apontam que a crise atual vai durar 11 trimestres. Caso se estenda além disso, risco que o Ibre considera provável, este será o maior período recessivo entre os nove últimos observados no Brasil pelo Comitê de Datação de Ciclos (Codace), também da FGV.

Na última edição de 2015 do Boletim Macro do Ibre, a previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2014 e 2016 será de pelo menos 8,1%. A queda é parecida à registrada nas duas recessões longas dos anos 80 e 90, destaca o Ibre, quando o PIB recuou 8,5% entre 1981 e 1983, e 7,7% de 1989 a 1992. Estima-se que a retração atual fará a economia regredir ao nível do começo de 2011.

No cenário do Ibre, o quarto trimestre de 2016 será o último de recessão econômica, mas são citados dois fatores que podem postergar a saída da crise para meados do ano seguinte, além das incertezas no ambiente político: a inflação elevada prevista para o próximo ano, de

aproximadamente 7,5%, que aumenta a probabilidade de aperto adicional dos juros; e uma piora longa do mercado de trabalho, que se estenda também para 2017.

Para a equipe de conjuntura do Ibre, os maiores progressos de 2015 foram a correção dos preços relativos, com o realismo tarifário aplicado aos itens administrados e a depreciação cambial, e os cortes de benefícios aprovados no começo do ano.

Quanto à previsão do Boletim Focus do Banco Central, divulgada em 25/01/2016, a projeção para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano teve ligeira piora. A expectativa é de retração de 3% ao invés de 2,99%. A estimativa para 2017 saiu de crescimento de 1% para 0,8%. No caso da produção industrial, a expectativa é de contração de 3,57% em 2016, em vez de queda de 3,47%, e de avanço de 1,50% em 2017, em lugar de expansão de 1,80%.

## **IPCA**

O jornal Valor, em sua edição de 08/01/2016, informou que com avanço de 18,08%, os preços administrados, como eletricidade, água e combustíveis, puxaram a inflação de 2015, que ficou em 10,67%, a maior taxa desde 2002, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 12,53%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado do IPCA superou aquele registrado em 2014, quando o índice de preços teve aumento de 6,41%, e ficou acima do teto da meta estipulado pelo governo, de 6,5%. Por causa disso, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem que divulgar carta aberta ao Ministério da Fazenda justificando o não cumprimento da meta.

Em 2015, a gasolina subiu 20,1% e o etanol, 29,6%. Juntos, combustíveis, com impacto de 1,04 ponto, e energia elétrica, com 1,5 ponto, responderam por 24% do IPCA. Quase metade dos 373 itens pesquisados pelo IBGE para calcular o IPCA encerraram 2015 com alta acima de 10%.

Somente em dezembro de 2015, o IPCA apresentou alta de 0,96%, depois de subir 1,01% um mês antes. Apesar da desaceleração, a taxa foi a mais expressiva para um último mês de ano desde 2002. Em dezembro de 2014, a inflação tinha se situado em 0,78%.

Dos nove grupos avaliados pelo IBGE, os destaques em dezembro ficaram com Alimentação e bebidas (1,50% de alta) e Transportes (1,36% de aumento). Juntos, responderam por 66% do IPCA do mês. Em novembro, essas classes de despesa tiveram incremento de 1,83% e 1,08%, respectivamente.

De acordo com o último boletim Focus de 25/01/2016, as expectativas dos analistas de mercado sobre a inflação continuaram a se deteriorar. A mediana das estimativas para o aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela quarta semana consecutiva, de 7% para 7,23%, e para 2017, de 5,40% para 5,65%. Os preços administrados devem contribuir com menor pressão sobre os preços, mas em ritmo bem menos intenso do que o desejado.

O Banco Central reconhece que o elevado peso dos preços indexados à inflação passada na composição dos índices de preços dificulta a gestão da política monetária. Reconhece que a inflação dos administrados apresenta maior grau de persistência do que a inflação de livres, aumentando a inércia inflacionária geral, ainda acrescentando que a elasticidade dos administrados em relação às mudanças na política monetária é muito menor.

### **IPCA DF**

O jornal Destak, em 13/01/2016, informou que a inflação medida pelo IPCA em Brasília apresentou reajuste de 1,21% em dezembro do ano passado. Ao longo do ano, o IPCA no Distrito Federal acumulou 9,67%, ficando abaixo do índice verificado para o Brasil, 10,67%.

De acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), a análise foi feita com base nos índices oficiais calculados pelo IBGE, que pesquisou cerca de 400 itens de consumo constante das famílias.

Ao todo, o índice da inflação no DF fecha o ano com a quarta maior alta entre as 13 localidades pesquisadas pelo IBGE.

### **SELIC**

O Valor, em 21/01/2016, informou que o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa básica de juros, a Selic, em 14,25% ao ano.

O Copom considerou a elevação das incertezas domésticas e, principalmente externas, além do cenário macroeconômico, o atual balanço de riscos e as perspectivas para a inflação.

A estabilidade não chegou a ser uma surpresa para o mercado, depois que o BC avaliou como significativas as revisões para baixo das projeções de crescimento em 2016 e 2017 divulgadas pelo FMI através do relatório "World Economic Outlook", em 19/01/2016, citadas acima.

Por parte dos analistas, existe ainda a percepção geral de que a política monetária tem hoje um "trade-off" negativo. Ou seja, subir os juros provocaria mais perdas, como o aprofundamento da recessão, do que ganhos.

Conforme o boletim Focus do Banco Central em 25/01/2016, a previsão para a SELIC ao fim de 2016 saiu de 15,25% para 14,64%. Para 2017, foi de 12,88% para 12,75%.

### **ARRECAÇÃO DO ICMS**

No mês de dezembro de 2015, a receita do ICMS registrou o montante de R\$ 520,6 milhões em valores correntes. No comparativo com equivalente mês do ano precedente, houve decréscimo nominal de 29,0% e queda real de 36,2%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. Em relação ao resultado acumulado de 2015 frente ao observado em 2014, registra-se queda nominal do imposto de 0,9% e real de 9,2%.

Desconsiderando a arrecadação proveniente do ICMS Incentivado/FUNDEFE, o resultado acumulado de 2015 apresenta uma

redução da queda real para 6,6%. Cumpre salientar que em 2014 houve recolhimentos dessa modalidade de incentivo creditício da ordem de R\$ 211,8 milhões em termos reais. Já em 2015 houve realização de apenas R\$ 127,00 nessa modalidade de recolhimento.

Em dezembro de 2015, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 142.413 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela SUREC, em 31/12/2015. Deste total, 84,6% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 46.142 e 74.409 contribuintes, respectivamente.

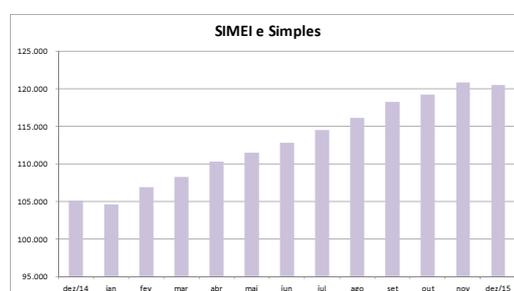
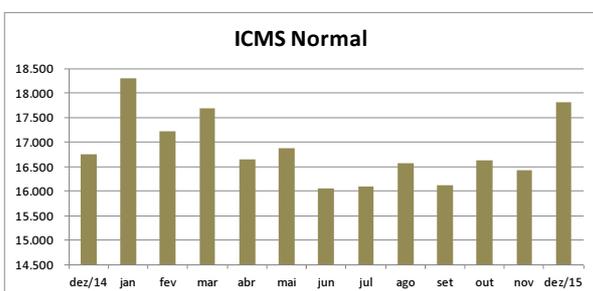
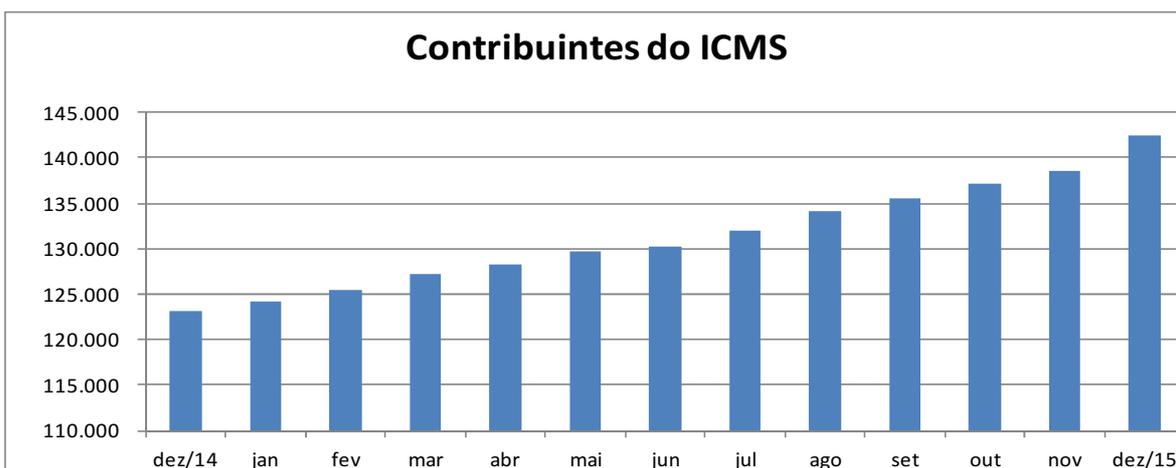
DEZEMBRO DE 2015											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	3	9	7	3			3		28
2) Regime Normal de Apuração	702	3.878	1.533	1.942	1.651	655	2.536	735	4.001	184	17.817
3) PRO-DF Logístico				4							4
4) Regime Especial de Refeições	3	167	1	104	2	1	31		34		343
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		18			1		3		23
6) Revendedor Porta-a-Porta				23							23
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.229	12.538	11.423		11.180	4.651	6.611	4.690	17.423	1.664	74.409
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.204	11.091	4.908	20	4.844	2.007	5.858	2.378	12.152	680	46.142
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				754							754
10) Telecomunicações-Centralizada				73							73
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF ( E-Commerce)	8	13	9	2.747	5		2		5		2.789
<b>TOTAL</b>	<b>7.147</b>	<b>27.691</b>	<b>17.877</b>	<b>5.701</b>	<b>17.689</b>	<b>7.317</b>	<b>15.039</b>	<b>7.803</b>	<b>33.621</b>	<b>2.528</b>	<b>142.413</b>
participação das agências no total:	5,02%	19,44%	12,55%	4,00%	12,42%	5,14%	10,56%	5,48%	23,61%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,16%	0,87%	0,64%	93,45%	0,85%	0,66%	0,92%	0,68%	0,87%	0,28%	2,79%

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2015

No confronto com o observado em novembro, houve expansão de 3.872 contribuintes, com destaque para o novo regime de apuração (E-Commerce) que registrou adesão de 2.789 novas inscrições, seguido do regime Normal com adição de 1.397 contribuintes. Para os regimes simplificados de empresas de menores faturamentos apurou-se aumento de 703 contribuintes no SIMEI e queda de 1.023 inscritos no Simples Nacional.

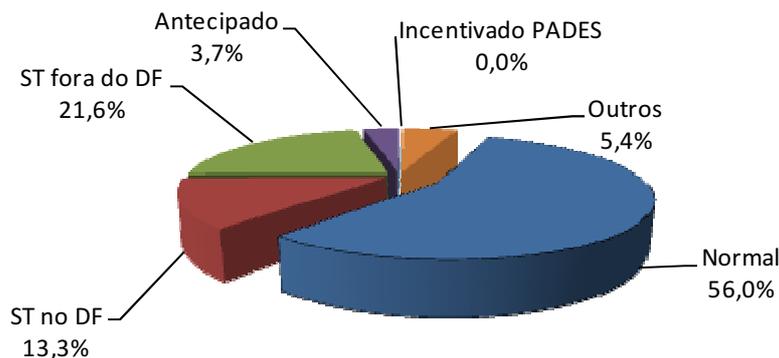
Na avaliação das alterações no cadastro pelas circunscrições da receita, observam-se adesões no regime Normal em todas as regiões, sendo relevantes os ingressos de contribuintes desse enquadramento nas circunscrições de maior participação no cadastro, ou seja, Taguatinga (377), Brasília (296) e SIA (204). De maneira similar os aumentos no regime SIMEI e os cancelamentos no Simples nacional se deram em todas as regiões, mais intensamente na localidade de Taguatinga.

Numa visão de longo prazo, de acordo com o exposto nos gráficos a seguir, cumpre destacar a recorrente expansão no quadro de contribuintes, apesar do atual cenário econômico recessivo. O regime SIMEI apresentou exclusão de contribuintes em dezembro após dez elevações consecutivas, já o regime normal ampliou sua base cadastral, alcançando o maior posto dos últimos onze meses.



No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2015, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do regime normal, com 56,0%, contudo representa o menor nível médio dos últimos 12 meses. A segunda maior participação foi da Substituição Tributária fora do DF que saltou de 18,8% em novembro para 21,6%.

## ICMS por Situação de Recolhimento dezembro de 2015



Analisando a perda real de R\$ 295,4 milhões na receita total do ICMS em dezembro de 2015, na comparação com dezembro de 2014, depreende-se que quase todos os itens apresentaram baixa de pagamentos, excetuando-se o aumento consignado em substituição tributária interna (+R\$ 4,8 milhões) e o ICMS antecipado (+R\$ 4,0 milhões). O principal destaque negativo ficou a cargo da substituição tributária fora do DF (-R\$ 153,2 milhões) seguido pelo ICMS Normal (-R\$ 79,8 milhões). Cumpre salientar que grande parte da perda apurada foi decorrente da elevada base comparativa de dezembro de 2014, em função de forte ingresso de receita proveniente do setor atacadista de cosméticos, bem como de contabilizações de ingressos no âmbito da modalidade de incentivos creditícios PADES.

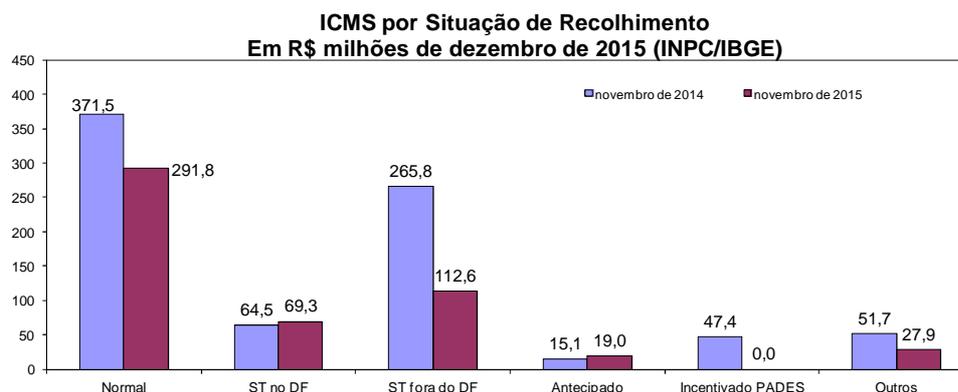
ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO <sup>1</sup>							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/15)
	dez/15	jan-dez/15	dez/14	jan-dez/14	dez/15 dez/14	jan-dez/15 jan-dez/14	
	Normal	291.753	4.237.409	371.519	4.449.047	-21,5%	
ST no DF	69.267	767.095	64.497	720.822	7,4%	6,4%	13,3%
ST fora do DF	112.623	1.372.593	265.786	1.592.218	-57,6%	-13,8%	21,6%
Antecipado	19.050	198.015	15.090	232.991	26,2%	-15,0%	3,7%
Incentivado PADES	-	0,1	47.375	211.765	-	-	0,0%
Outros	27.950	188.694	51.730	246.149	-46,0%	-23,3%	5,4%
<b>Total da Arrecadação</b>	<b>520.643</b>	<b>6.763.806</b>	<b>815.998</b>	<b>7.452.993</b>	<b>-36,2%</b>	<b>-9,2%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIGCO.

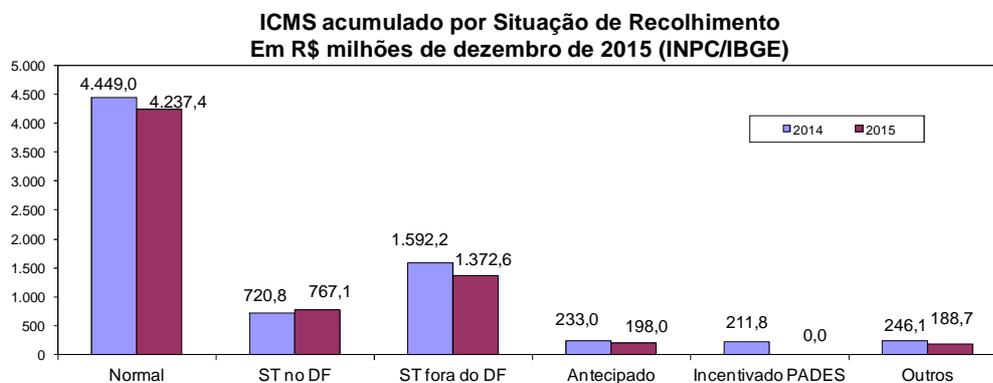
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

Nota 2. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, Energia elétrica+transporte+comunicação

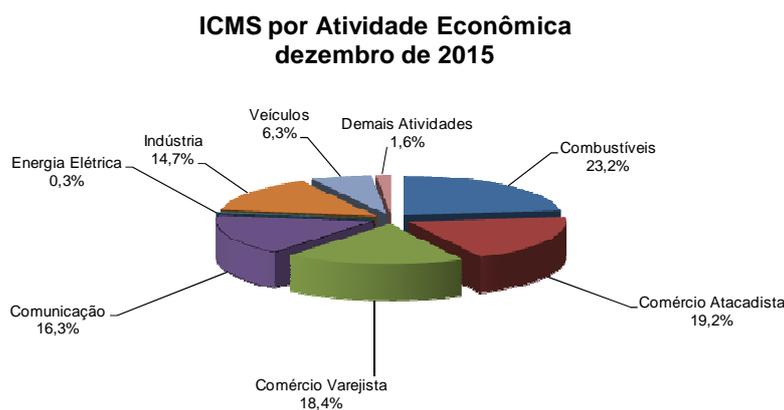
O gráfico seguinte ilustra a arrecadação do ICMS em dezembro de 2015 contra dezembro de 2014, por modalidade de recolhimento.



No resultado acumulado até dezembro de 2015, a arrecadação do ICMS apresentou queda real de R\$ 689,2 milhões em relação ao mesmo período de 2014. Corroborando com a análise mensal, todos os grupos apresentaram desempenho negativo à exceção da Substituição Tributária no DF. A maior queda foi verificada na Substituição Tributária Fora do DF (-R\$ 219,6 milhões) acompanhado do ICMS Incentivado/PADES (-R\$ 211,8 milhões), e do ICMS Normal (-R\$ 211,6 milhões).



No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2015, observa-se que os setores mais representativos foram combustíveis e comércio atacadista, com participações de 23,2% e 19,2%, respectivamente, seguido do comércio varejista com 18,4% e comunicação com 16,3%.



Em função de possíveis distorções na análise da arrecadação do ICMS por segmento econômico, a arrecadação do ICMS Incentivado PADES/FUNDEFE será desconsiderada nas comparações da arrecadação setorial subsequentes.

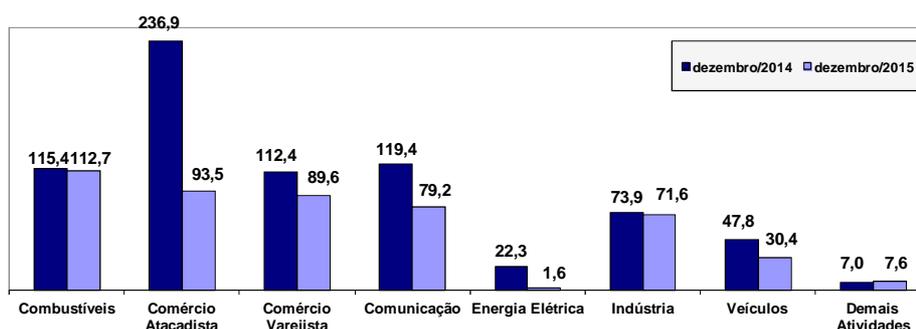
Delineando a perda real em dezembro de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, podemos inferir que todos os segmentos apresentaram perdas reais, exceto agropecuária. Dentre as principais quedas, destacam-se as ocorridas no setor de comércio atacadista (- R\$ 143,3 milhões), em função de contabilização de ingressos provenientes de empresa do ramo de cosméticos em dezembro de 2014; comunicação (- R\$ 40,2 milhões) e comércio varejista (- R\$ 22,8 milhões). Quanto ao segmento comunicação, a queda real de receita diverge da tendência apontada pelas informações da Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações), que segundo últimos dados apurados, ilustrados na página 21, apontam crescimento da receita bruta do segmento. Já no comércio varejista, o destaque negativo é o ramo de calçados e vestuários, com perdas aproximadas de R\$ 5,8 milhões. Por fim, o baixo recolhimento do setor de energia elétrica está associado ao alto recolhimento de R\$ 197,1 milhões ocorrido no mês anterior.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS <sup>1</sup>								
ITEM	Valores Reais <sup>2</sup> (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/2015)	
	dez/15	jan-dez/15	dez/14	jan-dez/14	dez/15	jan-dez/15		
					dez/14	jan-dez/14		
Agropecuária	2.629	12.964	542	7.888	385,2%	64,4%	0,5%	
Combustíveis	112.744	1.333.629	115.425	1.388.016	-2,3%	-3,9%	23,2%	
Comércio Atacadista	93.524	1.140.064	236.861	1.373.248	-60,5%	-17,0%	19,2%	
Comércio Varejista	89.647	1.155.302	112.433	1.251.377	-20,3%	-7,7%	18,4%	
Comunicação	79.233	1.058.289	119.385	1.177.457	-33,6%	-10,1%	16,3%	
Energia Elétrica	1.571	666.478	22.300	407.506	-93,0%	63,6%	0,3%	
Indústria	71.622	815.200	73.865	853.383	-3,0%	-4,5%	14,7%	
Veículos	30.403	458.796	47.754	542.028	-36,3%	-15,4%	6,3%	
Demais Atividades	4.996	65.314	6.475	73.477	-22,8%	-11,1%	1,0%	

Fonte: SITAF.  
Notas: 1. Valores sem incentivado.  
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

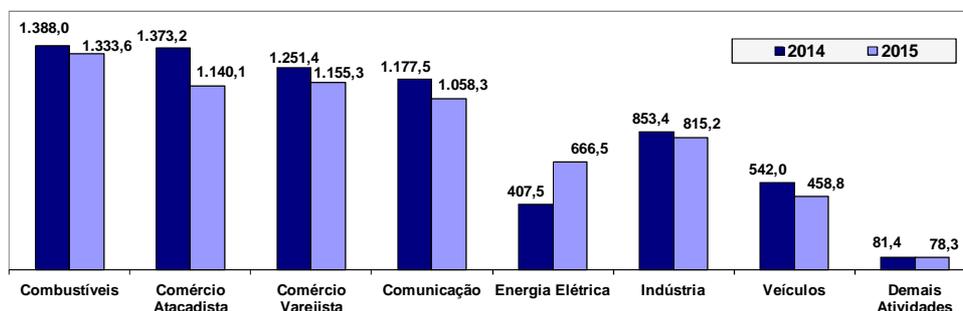
O gráfico a seguir ilustra a arrecadação do ICMS em dezembro de 2015 comparada com dezembro de 2014, por atividade econômica.

**ICMS por Atividade Econômica - sem incentivado**  
**Em R\$ milhões de dezembro/2015 (INPC/IBGE)**



Na comparação do resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2015 contra correspondente período de 2014, discriminando por segmento econômico e sem considerar a receita do ICMS Incentivado PADES/FUNDEFE, verificou-se que o único destaque positivo é energia elétrica (+R\$ 259,0 milhões), grande parte desse resultado adveio de recolhimentos extemporâneos ocorrido em novembro último. Os demais segmentos apresentaram quedas, sendo que as mais relevantes foram verificadas em comércio atacadista (-R\$ 233,2 milhões), influenciado, conforme citação anterior, pelo resultado de dezembro de 2014; comunicação (-R\$ 119,2 milhões) e comércio varejista (-R\$ 96,1 milhões), esse último com maiores perdas nos ramos mais sensíveis a restrição de crédito, a saber, materiais de construção (-R\$ 20,8 milhões) e produtos eletrônicos (-R\$ 28,3 milhões).

**ICMS por Atividade Econômica - sem incentivado  
2015 contra 2014 (acumulado no ano)  
Em R\$ milhões de dezembro/2015 (INPC/IBGE)**



## DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO FRENTE O CENÁRIO NACIONAL

### Combustíveis

O Valor, em 13/01/2016, informou que o consumo de combustíveis no Brasil caiu cerca de 3% em 2015, segundo dados divulgados pelo Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom). As associadas da entidade comercializaram pouco mais de 101 bilhões de litros no ano passado.

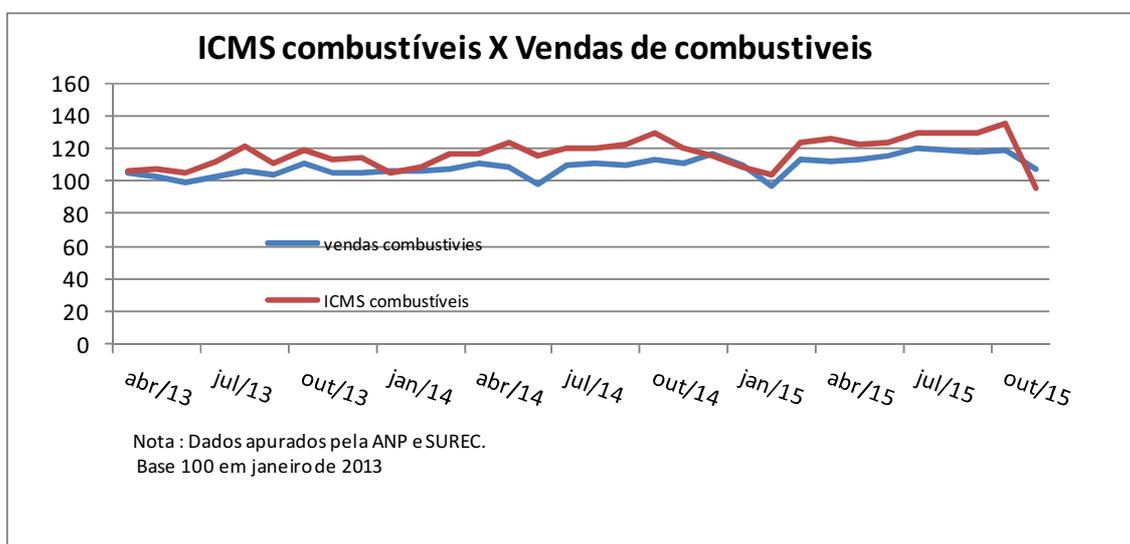
Os veículos leves consumiram 1,7% menos gasolina e etanol - considerando-se a soma da venda dos dois combustíveis e a equivalência energética dos produtos. Segundo o Sindicom, a queda reflete o menor consumo das famílias ao longo do ano.

As vendas de etanol hidratado foram o destaque positivo de 2015. Foram vendidos mais de 11 bilhões de litros do biocombustível, o que representa crescimento de 39,2% frente a 2014. Apesar da redução das vendas em novembro e dezembro, devido à perda da atratividade dos preços do produto em comparação com a gasolina, o Sindicom destaca que o consumo de hidratado foi o maior desde o início do programa do álcool.

Com o aumento da demanda pelo etanol, as vendas de gasolina caíram 8,6% em relação a 2014. Na maior parte do ano, os preços do hidratado

tiveram paridade de preços favorável em relação à gasolina nos principais Estados produtores e o biocombustível se tornou opção preferida. Já as vendas de diesel caíram 5%, refletindo a menor atividade econômica.

Quanto ao segmento de combustíveis no Distrito Federal na avaliação das vendas de derivados de petróleo, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo - ANP, ilustrada a seguir, observa-se que no mês de novembro de 2015 houve expressiva queda no faturamento do setor, o menor em nove meses. Tal queda repercutiu na arrecadação do ICMS, com forte decréscimo na comparação com o mês anterior.

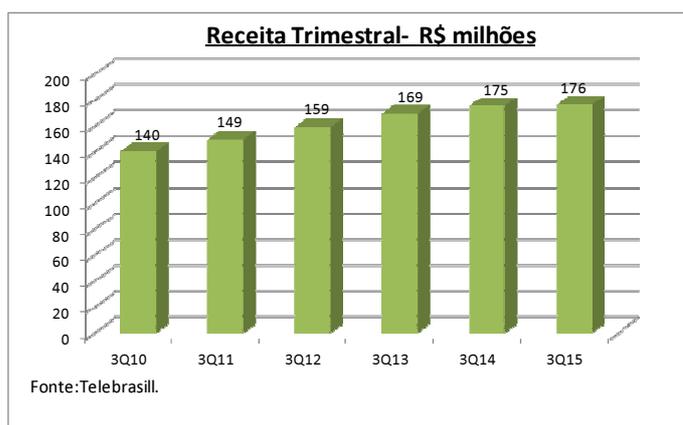
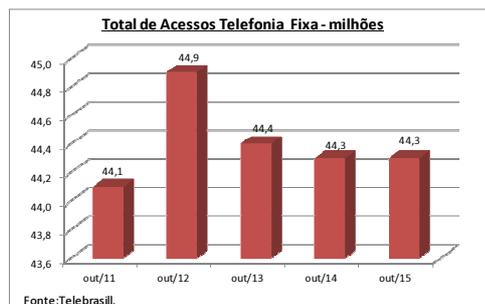
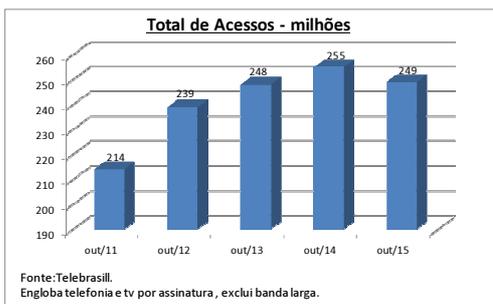


Apesar da queda, o jornal Destak, em sua edição de 12/01/2016, informou que o aeroporto internacional Juscelino Kubitschek, de Brasília, apresentou um crescimento de 9% na movimentação em 2015, em relação ao ano de 2014. Segundo a Inframérica, Brasília terminou o ano passado como o segundo maior terminal aéreo do país.

### Comunicações

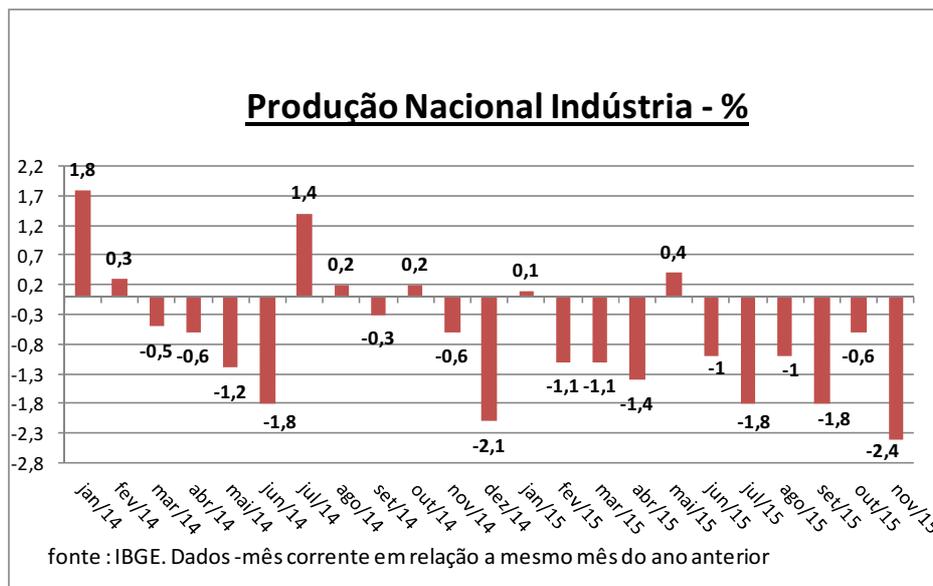
Em relação aos serviços de telecomunicações, de acordo com dados divulgados pela Telebrasil, registra-se no mês de outubro de 2015 uma queda no número de acessos dos serviços de telefonia e TV por assinatura, excluída os serviços de banda larga, na comparação com equivalente período de 2014, interrompendo uma tendência de crescimento que vinha ocorrendo no

comparativo dos meses de outubro desde 2011. Por outro lado, no que se refere à telefonia fixa o desempenho manteve-se estável ao redor de 44 milhões de acessos. Finalmente, quanto ao faturamento do setor, observam-se elevações sucessivas para os valores entregues nos terceiros trimestres dos últimos quatro anos.



## Indústria

Quanto ao segmento da indústria, observa-se no gráfico seguinte que no mês de novembro de 2015 houve queda na atividade pelo sexto mês consecutivo, porém numa maior intensidade, -2,4% (sobre outubro na série com ajuste), maior decréscimo desde janeiro de 2014. Essa queda decorre não apenas devido ao acidente na Samarco e da greve dos petroleiros. A produção do setor de transformação caiu 1,8%, com recuo forte em outros setores, além das refinarias de petróleo. Onde houve crescimento, como veículos, a alta mal arranhou a queda nos meses anteriores.



O Valor, em 08/01/2016, informou que a produção de bens de capital caiu 24% nos 12 meses encerrados em novembro do ano passado e retrocedeu mais de dez anos. O volume produzido de máquinas, equipamentos, veículos pesados, tratores e outros produtos desse grupo no trimestre encerrado em novembro é semelhante ao de boa parte do ano de 2004.

Mesmo que dezembro consiga absorver toda a retração de novembro, ainda assim esse será o patamar de queda do período. Talvez sugira um PIB ainda menor que o já previsto no último trimestre do ano.

Se a produção geral resume a recessão de 2015, a queda na fabricação de bens de capital indica futura perda de capacidade produtiva e de produtividade. A indústria deverá sair da crise defasada tecnologicamente e pior preparada para ganhar mercados no exterior.

Os dados da PIM (Pesquisa Industrial Regional divulgada pelo IBGE) mostram uma desaceleração contínua da indústria nos Estados pesquisados. Em termos regionais, 12 dos 15 locais pesquisados mostraram taxas negativas em novembro de 2015 e também 12 apontaram menor dinamismo frente ao índice de outubro.

Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), os setores mais afetados são os de bens de consumo duráveis e de

bens capital, porém, os dados mostram que praticamente todos os setores em todas as regiões sofreram queda na indústria em 2015.

Conforme o Boletim Focus de 25/01/2016, as projeções para a produção industrial deterioraram. A de 2016 saiu de queda de 3,47% para recuo de 3,57%. Para 2017, mudou de alta de 1,80% para 1,50%.

### **Veículos**

O Valor, em sua edição de 05/01/2016, informou que com 2,57 milhões de veículos comercializados - entre carros, utilitários leves, caminhões e ônibus -, as montadoras terminaram 2015 com queda de 26,6% em relação às vendas de 2014, o que representa o maior decréscimo do mercado automotivo nacional em 28 anos. Desde 1987, ano de recessão econômica e quando o consumo de veículos teve retração de 33,1%, não se via queda tão expressiva.

O setor completa, assim, três anos consecutivos de queda nas vendas. Nesse período, perdeu quase um terço - 32,4%, mais precisamente - do volume que tinha em 2012, o último ano de um ciclo de nove anos ininterruptos de crescimento que colocou o Brasil entre os quatro maiores mercados de carros do mundo. Agora, é o sétimo colocado nesse ranking.

Tradicionalmente o melhor mês para as vendas de automóveis, em razão, principalmente, da chegada de recursos do décimo terceiro salário na economia, dezembro não ajudou a aliviar a crise das montadoras. Em dezembro, os emplacamentos, incluindo caminhões e ônibus, somaram 227,8 mil unidades, numa queda de 38,4% em relação ao mesmo período de 2014. Foi o pior dezembro desde 2008, quando a crise financeira internacional, ao secar a disponibilidade de crédito, levou as vendas para menos de 200 mil unidades.

Como reflexo do quadro de recessão e de incertezas na economia - fatores que se combinam à retirada de incentivos fiscais e às dificuldades no acesso ao crédito, as concessionárias entregaram durante o ano passado 929 mil veículos a menos do que em 2014, o que, se considerado o ritmo do ano retrasado, significa a perda de três meses inteiros de venda.

O Valor, em sua edição de 08/01/2016, informou que a desvalorização cambial, fortalecendo as montadoras nacionais na briga com a concorrência internacional tanto em casa quanto no exterior, poderá dar estabilidade à produção de veículos, a despeito da tendência de mais queda da demanda por automóveis no país em 2016.

Pelo menos, essa é a tendência indicada pelas previsões que apontam para baixa de 7,5% do mercado interno, mas alta de 0,5% da produção, anunciadas em 07/01/2016 pela Anfavea, a entidade que representa a indústria de veículos.

A diferença é que, apesar da retração aguardada no consumo, a associação aposta num crescimento de 8,1% das exportações, junto com um movimento de substituição de carros importados por nacionais - nesse caso, como reflexo não apenas do câmbio, mas também do início da produção local de modelos que vinham do exterior.

Nas contas da Anfavea, a participação dos importados sobre o total de veículos comprados no Brasil deve cair dos 16,1%, do ano passado, para 15% em 2016. Já as exportações devem dar continuidade à recuperação que vem sendo puxada pela retomada das vendas à Argentina, principal destino dos carros exportados no Brasil, somada à demanda crescente em mercados clientes do país como México, África do Sul, Chile e Peru. Em 2015, os embarques, de 417 mil veículos, cresceram 24,8%, graças, sobretudo ao aumento dos fluxos a esses destinos.

Com isso, o setor pode terminar este ano mostrando uma situação pouco comum, em que a produção, estimada em 2,44 milhões de veículos, supera o mercado doméstico, de 2,38 milhões de unidades, algo que não acontece desde 2008.

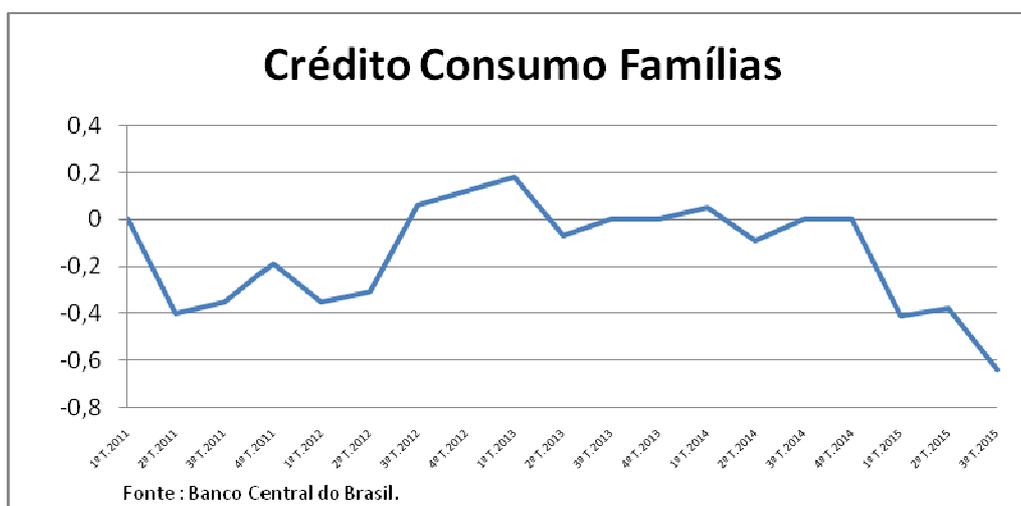
Conforme o levantamento da Anfavea, a produção das montadoras fechou 2015 com queda de 22,8% em relação ao volume de veículos fabricados no ano retrasado, entre carros de passeio, utilitários leves, como picapes, caminhões e ônibus. No total, 2,43 milhões de unidades saíram das linhas de montagem. Se considerado o último dado da Anfavea sobre a capacidade instalada do parque - estimada em 4,5 milhões de veículos, mas

em revisão pela associação - esse total corresponde a uma ociosidade de 46% nas fábricas.

### Varejo

O IBGE apontou que a retração do comércio ganhou força ao longo de 2015. No acumulado de outubro e novembro, o volume de vendas restritas encolheu 6,7% sobre igual período do ano anterior, queda mais forte do que a registrada no terceiro trimestre, de 5,7%. No primeiro e no segundo trimestres do ano, as perdas foram de 0,8% e 3,5%, respectivamente.

A queda do varejo provavelmente está associada com o poder de compra das famílias. As linhas de crédito tanto de recursos direcionados (BACEN e Caixa Econômico), quanto livres, vêm mostrando-se fracas. O crédito para o consumo das famílias mostra-se em forte movimento cadente desde 2015 após estabilidade em 2013 e 2014, segundo dados divulgados pelo BACEN, ilustrado na tabela subsequente.



Entretanto, o Valor, em sua edição de 14/01/2016, informou que a série de promoções da Black Friday teve efeito mais forte do que o esperado sobre o comércio varejista em novembro. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada em 13/01/2013 pelo IBGE, o volume de vendas do varejo restrito, que exclui automóveis e materiais de construção, cresceu 1,5% ante outubro, feitos os ajustes sazonais. A expansão chegou a 17,4% no segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e

comunicação. Também se beneficiaram dos descontos os setores de móveis e eletrodomésticos (6,9%) e de outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,1%).

No varejo ampliado - que inclui automóveis e material de construção - a expansão foi mais modesta, de 0,5%. Em meio à recessão, mais consumidores podem ter aguardado os descontos do evento, bem como terem antecipado compras de Natal. Além disso, como a popularidade da Black Friday no Brasil é recente, o impacto das promoções ainda não é considerado no cálculo do ajuste sazonal, outro fator que explica a surpresa positiva.

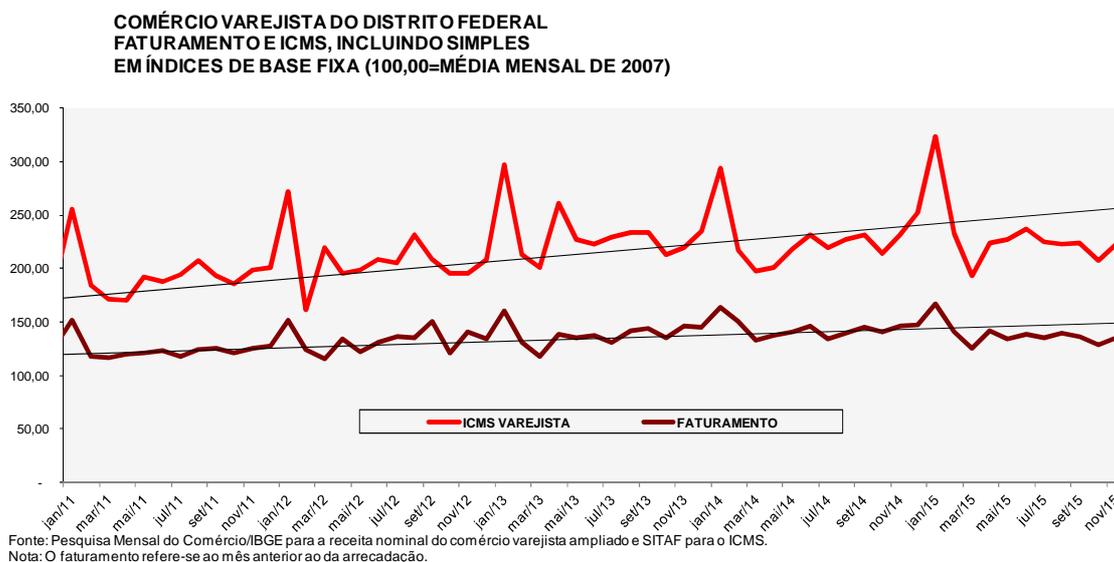
Os descontos influenciaram o crescimento das vendas ante outubro, mas o resultado do mês não indica mudança na tendência negativa do setor, uma vez que as promoções não evitaram queda em relação a igual mês do ano anterior. Na comparação com novembro de 2014, o volume de vendas restritas caiu 7,8%, maior recuo para o mês desde o início da série histórica da pesquisa, em 2001, o que aumenta para 13,2% no comércio ampliado. De janeiro a novembro de 2015, o varejo restrito acumula queda de 4,0%. Acrescentando os setores de veículos e de material de construção, a retração é de 8,4%.

O jornal Destak, em sua edição de 13/01/2016, informou que as vendas no comércio e no setor de serviços do Distrito Federal registram uma queda de 19,67% no acumulado do ano, segundo a Federação do Comércio do DF (Fecomércio).

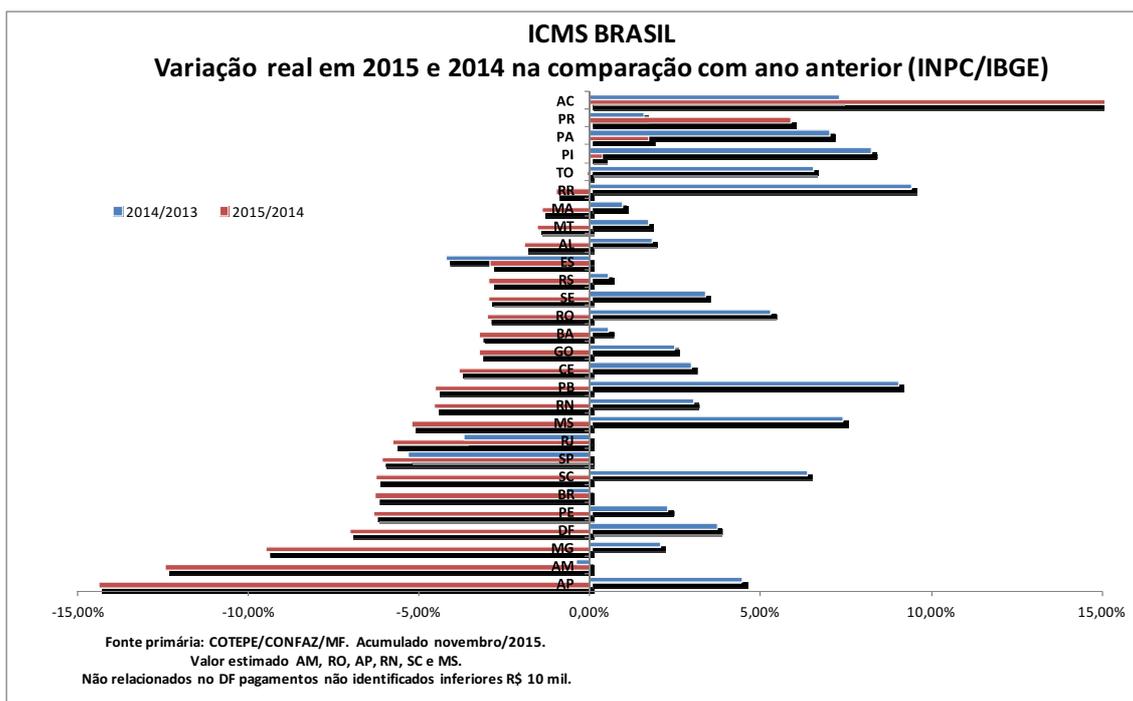
O comércio brasiliense teve queda de 0,07% nas vendas no mês de novembro na comparação com o mês de outubro. Esta é a oitava baixa consecutiva nas vendas registrada pela entidade. Para a Fecomércio-DF, a baixa nas vendas está diretamente relacionada à redução da renda, à redução de crédito e à pressão inflacionária, sendo que nem mesmo o período de Natal pode conseguir reverter a fase ruim das vendas.

No confronto da arrecadação do ICMS do comércio varejista, incluindo os recolhimentos do tributo no âmbito do Simples Nacional, com o faturamento do segmento pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE) para o Distrito Federal até novembro de 2015, observou-se que houve nesse mês um

ligeiro aumento frente ao resultado registrado em outubro de 2015, seguindo padrão sazonal após o pico intermediário observado em junho, porém em níveis abaixo do observado em 2014, tendo em vista o cenário atual de desaceleração econômica.



Com base nos dados disponíveis da receita do ICMS em nível nacional (corrigida pelo INPC), disponibilizados pela COTEPE/CONFAZ para o mês de novembro de 2015, observa-se desempenho negativo para vinte e três Unidades da Federação, conforme gráfico a seguir. As exceções foram os Estados do Acre, Paraná, Pará e Piauí. A própria receita em nível nacional (ICMS Brasil) também apresentou desempenho real negativo -6,28% em comparação com o mesmo período do ano anterior.



Conforme o gráfico acima, verifica-se que a receita do ICMS do Distrito Federal encontra-se na 24ª posição com taxa de variação de -7,02%, todavia permanecendo na mesma posição no ranking nacional em relação a outubro de 2015. No âmbito da região Centro-Oeste, o Distrito Federal voltou a apresentar o pior desempenho.

### **REGIME SIMPLIFICADO DE TRIBUTAÇÃO**

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2015 totalizaram R\$ 24,0 milhões. O ICMS apresentou ingressos de R\$ 12,6 milhões e o ISS R\$ 11,4 milhões. Em relação ao mês anterior houve expressivo decréscimo de 29,0% para a receita do ICMS e perda de 2,3% para o ISS.

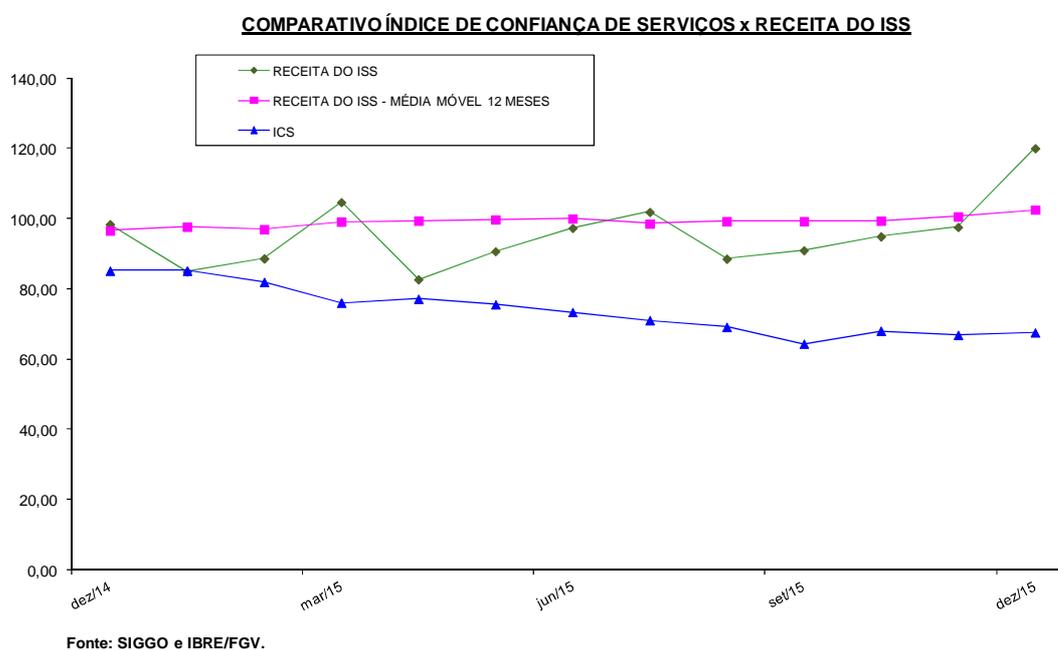
ARRECAÇÃO SIMPLIFICADO NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
julho	2015	17.713.909,37	50.946	11.009.961,33	44.136	28.723.870,70
agosto	2015	17.915.185,45	49.500	8.026.671,93	35.421	25.941.857,38
setembro	2015	18.594.728,96	50.575	11.808.200,62	43.563	30.402.929,58
outubro	2015	16.569.701,72	48.218	11.352.541,52	42.357	27.922.243,24
novembro	2015	17.683.375,63	40.816	11.717.649,07	36.674	29.401.024,70
dezembro	2015	12.555.090,11	46.776	11.445.550,01	46.469	24.000.640,12

Nota: Nº de contribuintes pagantes

## ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de dezembro de 2015, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS totalizou o montante de R\$ 153,3 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um crescimento nominal de 22,0% na arrecadação, correspondente, porém, a um acréscimo real de 9,6%, utilizando-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário. No acumulado do período de janeiro a dezembro, verificou-se ganho nominal de 6,1% o qual corresponde, entretanto, a um decréscimo real de 3,0% na arrecadação de 2015 em comparação a 2014.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2015, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Observa-se que a arrecadação do ISS apresentou no mês de dezembro um significativo acréscimo, que contribuiu para que a média móvel

dos últimos 12 meses também apresentasse um aumento, embora mais discreto.

O ICS registrou um crescimento de 0,7 ponto na comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada, ao passar de 66,9 pontos para pontos 67,6. Desde abril/2015, é apenas a segunda vez que o índice aumenta.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado.

Em 31 de dezembro de 2015, o cadastro fiscal do DF possuía 145.019 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

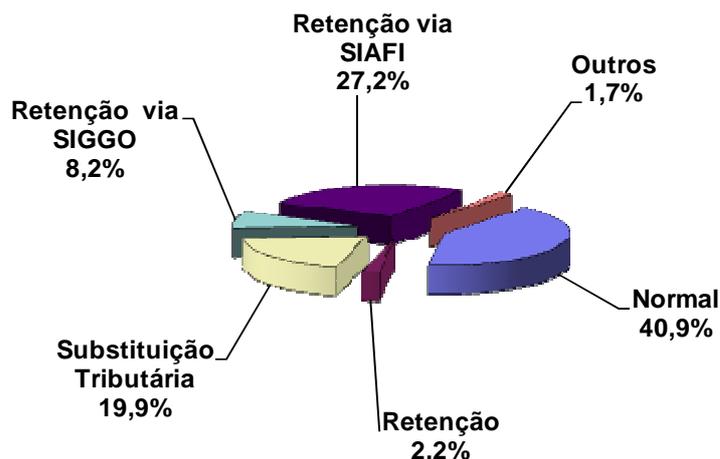
DEZEMBRO DE 2015											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										TOTAL
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	
1) Regime Normal de Apuração	1.040	12.581	1.642	2.312	1.653	547	4.552	967	5.998	150	31.442
2) Substituto Tributário Interno -ISS		2		39							41
3) PRO-DF Logístico				2							2
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	3.941	12.698	10.176		9.837	3.706	6.282	4.415	15.908	1.427	68.390
5) SIMPLES NACIONAL	2.102	13.404	3.673	14	3.506	1.253	5.767	2.046	10.888	483	43.136
6) Sociedades Uniprofissionais	8	919	7	10	4	3	68	9	84	1	1.113
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				51							51
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		6							7
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	3	812	4		1		3		836
<b>TOTAL</b>	<b>7.095</b>	<b>39.614</b>	<b>15.501</b>	<b>3.247</b>	<b>15.004</b>	<b>5.509</b>	<b>16.670</b>	<b>7.437</b>	<b>32.881</b>	<b>2.061</b>	<b>145.019</b>
PARTICIPAÇÃO	4,89%	27,32%	10,69%	2,24%	10,35%	3,80%	11,50%	5,13%	22,67%	1,42%	100,00%

No mês de dezembro em relação a novembro houve um acréscimo de 2.058 inscrições, devido ao aumento de 1.301 inscrições no regime normal de apuração e de 741 no SIMEI.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 22,7% na circunscrição de Taguatinga e 50,0% nas demais localidades. Do total de inscrições, 21,7% estão no Regime Normal de Apuração, 47,2% no SIMEI, 29,7% no Simples Nacional, e apenas 1,4% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2015, o ISS Normal respondeu por 40,9% dos ingressos do imposto, a retenção via SIAFI por 27,2% e a substituição tributária por 19,9%.

### ISS por Situação de Recolhimento Dezembro de 2015

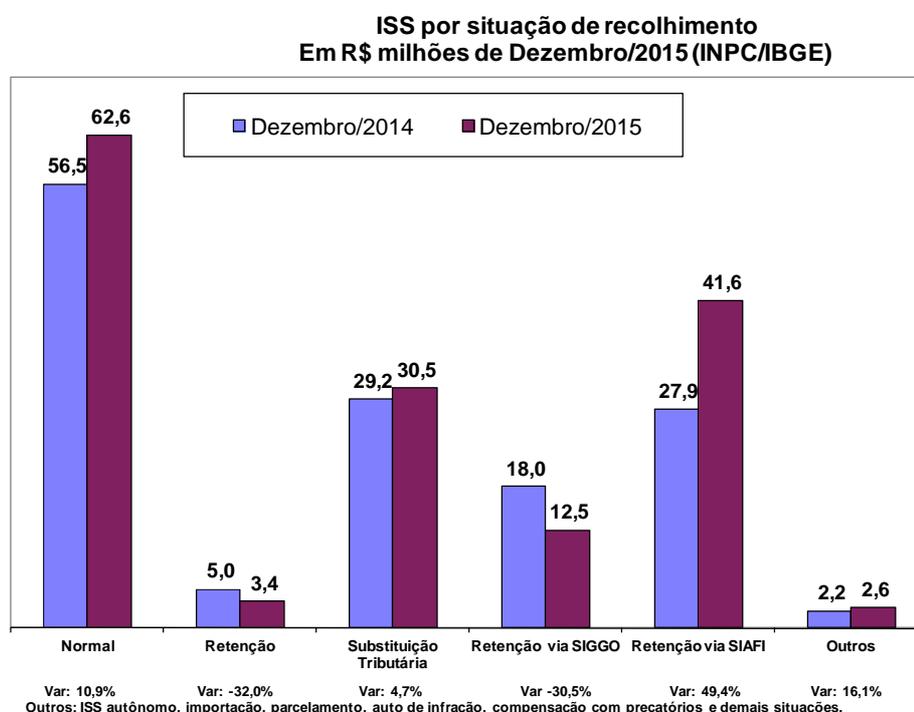


Verifica-se na tabela abaixo que houve no mês de dezembro, em comparação com igual período do ano anterior, acréscimo para o ISS Normal (+10,9%) e Retenção via SIAFI (+49,4%) e decréscimo nas modalidades de arrecadação de Retenção (-32,0%), de Retenção via SIGGO (-30,5%) e Outros (-22,8%).

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real <sup>1</sup> (em%)		Composição da arrecadação (jan-dez 15)
	dez/15	jan-dez/15	dez/14	jan-dez/14	dez/15	jan-dez/15	
	dez/15	jan-dez/15	dez/14	jan-dez/14	dez/14	jan-dez/14	
Normal	62.641	634.012	56.474	652.712	10,9%	-2,9%	41,7%
Retenção	3.381	44.959	4.969	65.163	-32,0%	-31,0%	3,0%
Substituição Tributária	30.523	360.670	29.160	361.355	4,7%	-0,2%	23,7%
Retenção via SIGGO	12.517	123.910	18.019	136.094	-30,5%	-9,0%	8,1%
Retenção via SIAFI	41.643	333.108	27.876	321.189	49,4%	3,7%	21,9%
Outros	2.600	24.936	3.367	31.387	-22,8%	-20,6%	1,6%
<b>Total da Arrecadação</b>	<b>153.306</b>	<b>1.521.594</b>	<b>139.866</b>	<b>1.567.900</b>	<b>9,6%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>100,00%</b>

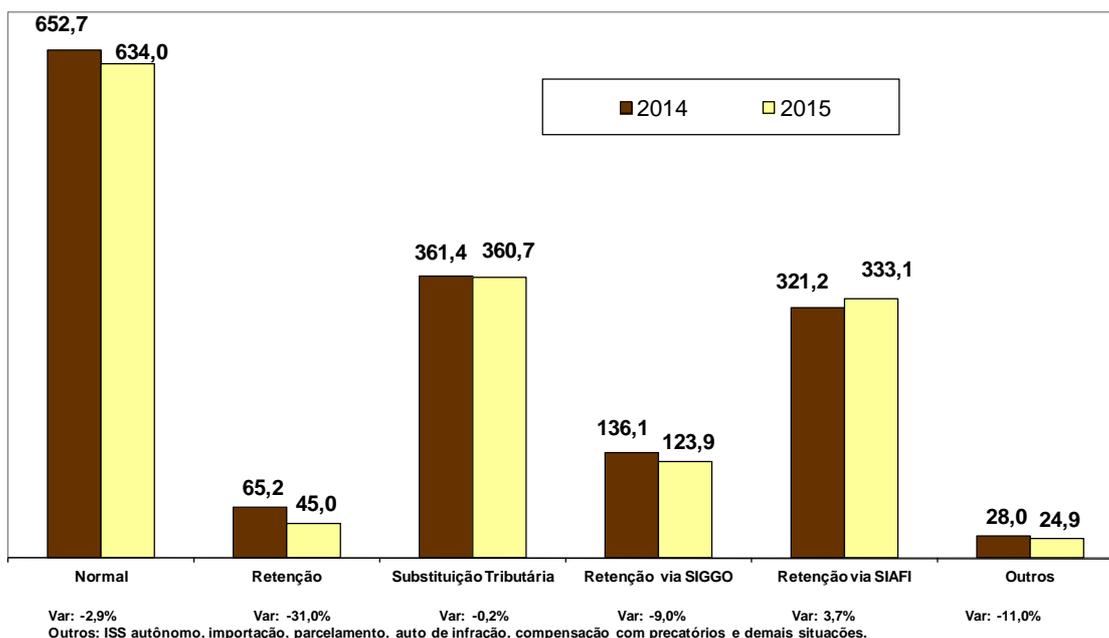
Fonte: SIGGO  
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

Detalhando o aumento real de R\$ 13,4 milhões em dezembro de 2015 frente a igual período de 2014, verifica-se que os maiores crescimentos ocorreram nas modalidades Retenção via SIAFI (R\$ 13,7 milhões) e Normal (R\$ 6,1 milhões). Esses aumentos estão relacionados a acúmulo de pagamentos atrasados e de 13º nas áreas de serviços de limpeza, segurança e vigilância por parte da União, como também, ao trabalho de monitoramento da fiscalização tributária junto às instituições financeiras e de seguro. Como será visto adiante, os recolhimentos que mais cresceram, no mês sob análise, foram os realizados por tais instituições.

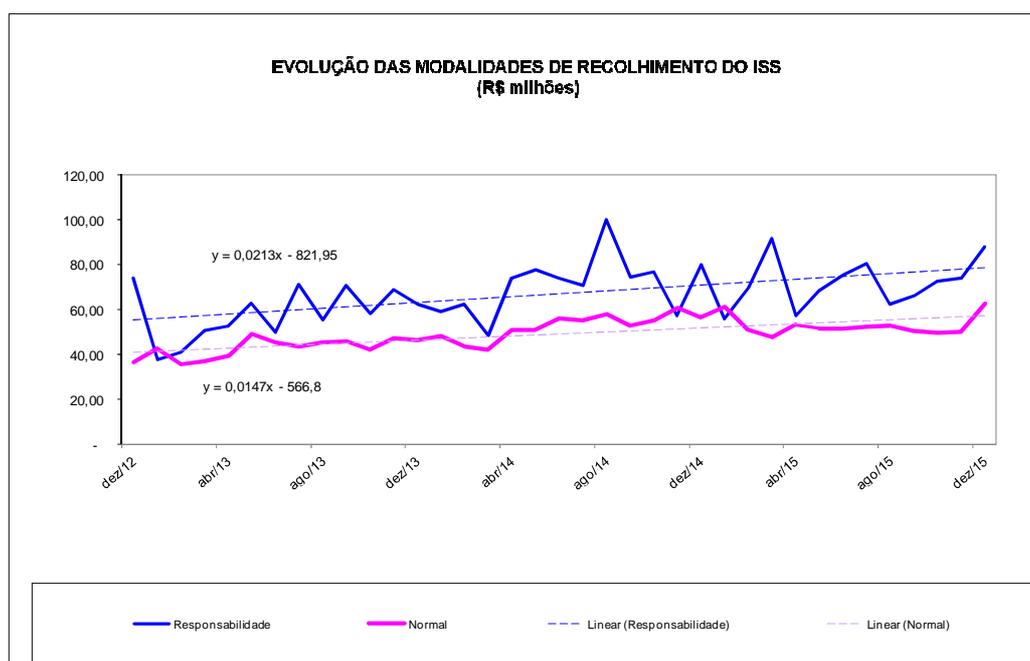


O gráfico seguinte ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2015 com a observada no mesmo período do ano anterior. Depreende-se que houve decréscimos reais em quase todas as modalidades de arrecadação com destaque para as quedas observadas nas modalidades Retenção (-R\$ 20,2 milhões), Normal (-R\$ 18,7 milhões) e Retenção via SIGGO (-R\$ 12,2 milhões).

ISS por situação de recolhimento  
2015 contra 2014 (acumulado até dezembro)  
Em R\$ milhões de dezembro/2015 (INPC/IBGE)



O gráfico a seguir mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (substituição tributária, retenção via SIAFI e retenção via SIGGO), a partir de dezembro de 2012. Da análise dos gráficos, verifica-se o ritmo maior de crescimento nas modalidades sob responsabilidade.



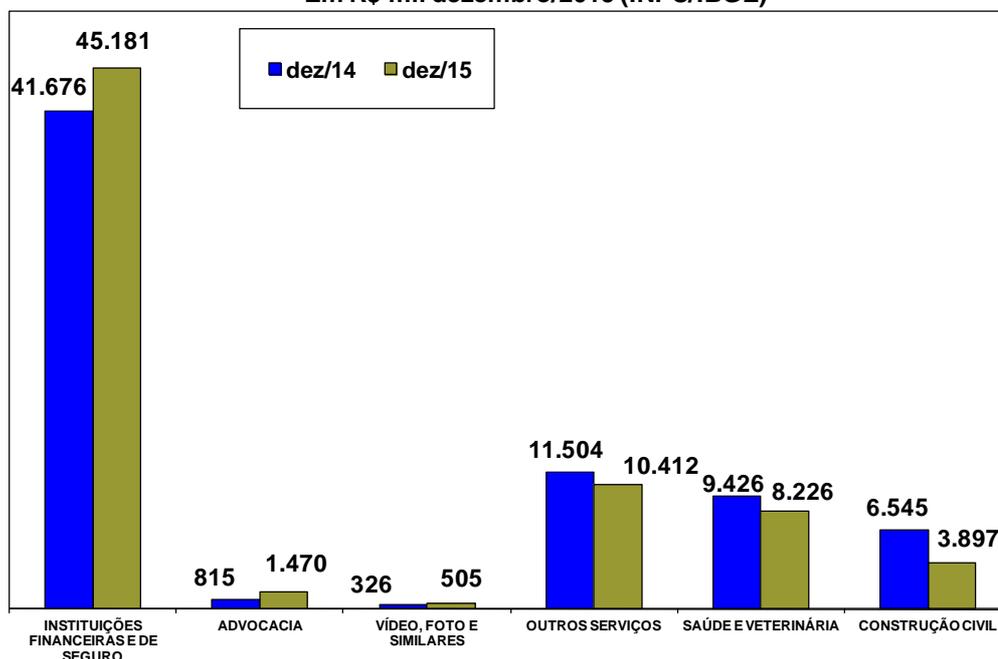
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2015, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto foi de 41,0% do segmento de instituições financeiras e de seguro, seguido pelos segmentos de saúde e veterinária, ensino e construção civil, com participações de 7,5%, 3,8% e 3,5%, respectivamente.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, nas comparações mensal e acumulada. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na comparação da arrecadação dos segmentos econômicos de dezembro de 2015 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que o maior crescimento ficou a cargo do setor de instituições financeiras e de seguro (+R\$ 3,5 milhões), seguido por advocacia (+R\$ 655,3 mil) e vídeo, foto e similares (+R\$ 179,2 mil). Por outro lado, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de construção civil (-R\$ 2,6 milhões), saúde e veterinária (-R\$ 1,2 milhão) e outros serviços (-R\$ 1,1 milhão).

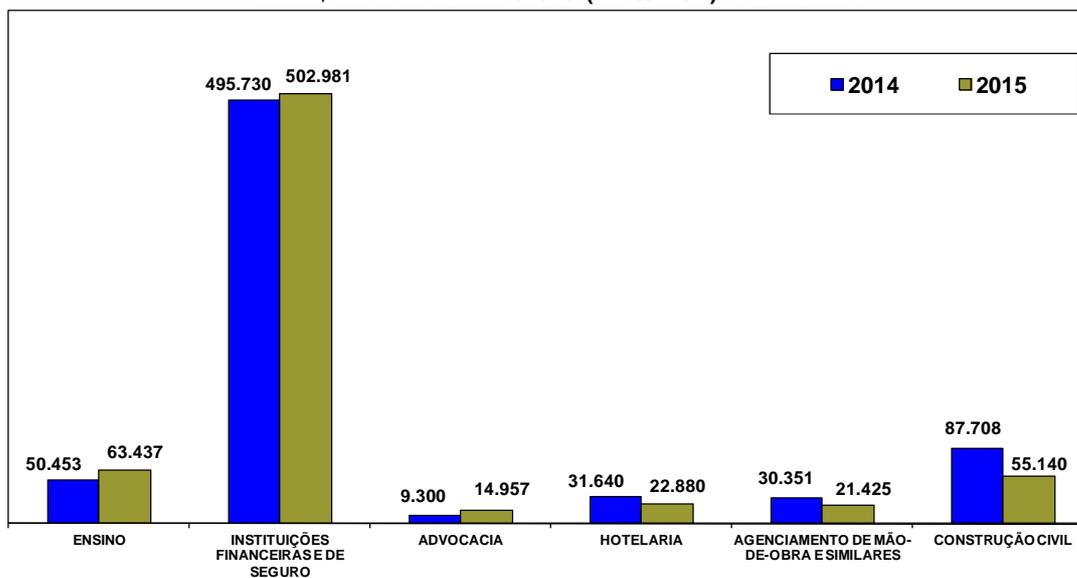
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes  
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas\*  
Em R\$ mil dezembro/2015 (INPC/IBGE)**



(\*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada observa-se que os maiores aumentos em termos absolutos foram para os segmentos de ensino (+R\$ 13,0 milhões), instituições financeiras e de seguro (+R\$ 7,3 milhões) e advocacia (+R\$ 5,7 milhões). Por sua vez, as maiores quedas foram observadas nos segmentos de construção civil (-R\$ 32,6 milhões), agenciamento de mão-de-obra (-R\$ 9,0 milhões) e hotelaria (-R\$ 8,8 milhões).

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes  
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas\*  
Em R\$ mil de dezembro/2015 (INPC/IBGE) - acumulado**



(\*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

## **SÉRIES HISTÓRICAS**

Ver arquivo “12 de dezembro de 2015 – Séries Históricas.xls”